

“Desenvolvimentismo” e voluntarismo

HÁ PELA FRENTE UM LONGO APRENDIZADO SOBRE OS DESCAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO

*Rogério Furquim Werneck**

É pouco provável que o debate ensejado pelo ressurgimento do “desenvolvimentismo” desapareça simplesmente de cena, soterrado sob escombros, em meio aos danos causados pela reedição ampliada de gravações ilegais feitas no ano passado em telefones do BNDES. De uma forma ou de outra, o debate deve continuar. E, no fundo, é melhor que continue.

Não há mais como negar que este debate envolve uma reflexão mais do que necessária. Já era o momento de o País encará-la de frente. Não adianta tentar descartar a sua importância ou varrê-la para debaixo do tapete. E a verdade é que nas últimas semanas parece ter havido na mídia um grande avanço nesta reflexão coletiva, ainda que não tenham faltado tentativas de descartar prematuramente o debate. Houve quem dissesse que tudo não passava de disputa política dentro da coalizão governista. Houve quem afirmasse que não há qualquer conflito entre desenvolvimento e estabilidade, e quem esclarecesse que bastava buscar um meio termo. Houve mesmo quem denunciasse que se tratava de um debate inútil, que só estava impedindo o País de trabalhar.

Querer descartar este debate tão rapidamente é recusar a enxergar o que há nele de mais importante. O que parece permear o “desenvolvimentismo” é uma visão arraigada, extremamente cara a uma parte ponderável de nossas elites. A visão de que o desenvolvimento econômico é apenas uma questão de vontade, descortino e ousadia na mobilização dos potentes instrumentos de intervenção de que dispõe o Estado. Uma crença que leva a uma percepção bastante peculiar do que há de essencial na discussão sobre a condução da política econômica. De um lado, estariam os que têm pressa, os que pensam na produção e no emprego, os que são sensíveis aos anseios do povo, os que generosamente querem soltar as amarras que impedem o País de retomar o crescimento rápido e encontrar o seu formidável destino. De outro, os que tacanhamente insistem em se apegar a questões menores, quase sempre de natureza puramente financeira, e em impor à economia um crescimento muito inferior ao seu verdadeiro potencial. Um embate entre os que pensam grande e os que se apequenam. Entre os que sonham com o Brasil Grande e os que não conseguem escapar da estreiteza e do derrotismo.

Por despropositada que seja esta visão, não há como fingir que ela não existe. Não só existe, como é amplamente disseminada entre as lideranças políticas, empresariais e sindicais do País. É neste terreno político tão fértil que viceja o “desenvolvimentismo”. E a melhor prova da sua enorme influência é o endosso que vem recebendo da cúpula do próprio partido do presidente, núcleo da ampla coalizão de forças políticas que dá apoio ao governo.

A esta altura parece claro que foi uma ingenuidade acreditar que a longa convivência com situações extremas de desequilíbrio macroeconômico tivesse modificado, para sempre, a visão de nossas elites sobre as conseqüências que podem ter experiências de condução de política econômica mais pautadas pela vontade do que pela razão. Embora seja inegável que muito tenha sido aprendido, não há dúvida que persiste um enorme fascínio com as possibilidades do voluntarismo, e uma forte propensão a desconsiderar custos e perdedores envolvidos nas opções de política econômica.

Ainda falta muito para que se torne dominante entre as elites dirigentes do País a percepção de que um processo de crescimento econômico sustentado envolve uma operação extremamente delicada de exploração dos limites do possível, em que o dinamismo da economia tem de estar todo o tempo condicionado pela necessidade de manutenção de um elevado grau de consistência macroeconômica. Uma operação em que a trajetória de crescimento tem de ser coerente com preços estáveis e contas públicas e externas sustentáveis ao longo do tempo. O que está longe de ser uma infundável distribuição de benesses. Requer escolhas politicamente difíceis, como conter pressões sobre o orçamento e frustrar expectativas de consumo.

Deste ponto de vista, é lamentável constatar quão pouco conseguimos avançar. E não é nem o caso de comparar com países industrializados. Avançamos muito menos do que os nossos vizinhos do Cone Sul. Seja no Chile, seja no Uruguai, seja na Argentina, já não são mais levadas a sério discussões de estratégias de crescimento caracterizadas pelo descaso ostensivo por qualquer preocupação com coerência macroeconômica. O contraste com o Brasil dá a medida do que nos falta avançar. E não há como ter ilusões. Há um longo aprendizado pela frente. E o avanço só será possível com muito debate e muita reflexão. Inclusive porque se trata de criar a convicção necessária nos mais altos escalões da República.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.